

# VIOÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAR, PROTEGER E ACOLHER NO ÂMBITO DAS FAMÍLIAS

SEXUAL VIOLENCE/ABUSE AGAINST BOYS: SOME CONSIDERATIONS ON EDUCATING, PROTECTING, AND WELCOMING THEM WITHIN FAMILIES.

Cristiano Eduardo da Rosa<sup>1</sup>

Jane Felipe<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o papel das famílias frente à violência/abuso sexual contra meninos, ainda marcada pelo silenciamento e pela subnotificação. A partir de questionários e entrevistas com homens de diferentes regiões do Brasil, evidenciou-se a ausência de uma educação para a sexualidade no ambiente familiar, muitas vezes atravessado por influências religiosas e casos de abuso intrafamiliar. A pesquisa aponta que os meninos, criados em contextos de negligência e sem orientação sobre corpo e sexualidade, tornam-se mais vulneráveis. Defende-se a urgência de políticas públicas que fortaleçam as famílias na proteção e educação de crianças de todos os gêneros.

**Palavras-chave:** Famílias; Infâncias; Masculinidades; Violência/abuso sexual.

**Abstract:** This article analyzes the role of families in the face of sexual violence/abuse against boys, which is still marked by silence and underreporting. Based on questionnaires and interviews with men from different regions of Brazil, the lack of sexuality education within the family environment was highlighted, often influenced by religious influences and cases of intrafamilial abuse. The research indicates that boys, raised in contexts of neglect and without guidance about their bodies and sexuality, become more vulnerable. The article advocates the urgent need for public policies that strengthen families in the protection and education of children of all genders.

**Keywords:** Families; Childhoods; Masculinities; Sexual violence/abuse.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Orientador Pedagógico – Escola SESI de Ensino Médio Albino Marques Gomes; E-mail: cristiano1105@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0036-7892>.

2 Doutora em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora Visitante – Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú; E-mail: janefelipe.souza@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4802-2113>.

## 1 Educar, proteger e acolher: afinal, o que cabe às famílias?

A cada ano que passa os índices de notificações de violência/abuso sexual contra crianças têm aumentado consideravelmente, tornando-se um problema de saúde pública e convocando a sociedade a refletir sobre o papel de cada instituição, que faz parte de uma rede protetiva que tem por objetivo assegurar os direitos desses sujeitos. A família se constitui como a primeira delas, sendo uma das principais responsáveis pela formação que impacta na compreensão das questões ligadas à gênero e sexualidade, podendo ser um fator importante para combater a forte subnotificação dos casos de meninos vítimas, por exemplo.

Nesse sentido, as análises aqui propostas, fruto de pesquisa envolvendo o relato de vários homens que foram vítimas de violência na infância, tem como objetivo principal problematizar o papel das famílias frente ao desafio de educar os meninos para a sexualidade, no sentido de informar, proteger e acolher, principalmente quando estes vivenciam situações de violência/abuso sexual na infância. Tal pauta se torna relevante a partir de dados que apontam que a maioria dos casos desse tipo de violação de direitos ocorre no âmbito familiar<sup>3</sup> e que grande parte das vítimas não relata a experiência vivida para os pais e/ou responsáveis.

Para fundamentar nossa discussão acerca da temática, tomamos como aporte teórico os Estudos de Gênero em uma perspectiva pós-estruturalista de análise, elaborando e aplicando um questionário *online* com a participação de mais de 150 homens brasileiros, assim como realizando sete entrevistas semiestruturadas com sujeitos que foram abusados quando crianças, a fim de pautar o debate em informações reais e contextualizadas.

Por meio deste trabalho, evidencia-se que a fragilidade da educação para a sexualidade não pode ser atribuída exclusivamente às famílias, mas deve ser compreendida como uma questão estrutural da sociedade, que também atravessa a educação formal e outras instâncias de socialização. Muitos pais e responsáveis, inclusive, não tiveram acesso a processos formativos que os subsidiassem para lidar com tais temas ao longo de suas próprias trajetórias. Conforme aponta Felipe (2024), a capacidade biológica de procriar não assegura, por si só, condições simbólicas, afetivas ou informacionais para educar e cuidar da prole. Nesse sentido, mais do que exigir das famílias uma suposta “competência técnica”, torna-se fundamental garantir que elas

---

3 Ao utilizar a expressão âmbito familiar, não se pretende restringir a compreensão da violência/abuso sexual infantil às relações domésticas, nem desconsiderar a exploração sexual de crianças e adolescentes, compreendida como um fenômeno estrutural, atravessado pelas desigualdades sociais e pelo modo de produção capitalista, que mercantiliza corpos e amplia vulnerabilidades.

possam se aproximar dessas discussões e acessar informações qualificadas sobre desenvolvimento infantil, saúde mental e sexualidade. Tal acesso é especialmente relevante em contextos marcados por atravessamentos religiosos e morais que, não raramente, produzem silenciamentos e dificultam o enfrentamento dessas questões.

Portanto, torna-se relevante refletir o quanto cabe às famílias o papel de educar, proteger e acolher os meninos, ao passo que a falta dessas informações na infância pode vulnerabilizar as crianças e levá-las a situações de violência/abuso sexual. Além disso, quando adolescentes, a ausência de conversa sobre corpo, consentimento e limites, por exemplo, pode contribuir para a reprodução de práticas violentas, não de maneira causal ou determinista, mas como parte de processos de aprendizagem social marcadas por silenciamentos, naturalizações de violências ou pelo contato com conteúdos pornográficos – frequentemente utilizados como alternativa de busca por informações quando não há diálogo aberto sobre as sexualidade na família ou na escola.

## 2 Um olhar sobre as famílias das vítimas

Pesquisas acadêmicas acerca da violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes, em especial das vítimas do gênero masculino, ainda são escassas se comparadas à produção do tema em relação às meninas. A nível internacional, de acordo com Tewksbury (2007, p. 22-23):

A pesquisa abordando a agressão sexual/estupro de homens não apareceu até menos de 30 anos atrás (e, a maior parte da literatura inicial enfoca crianças do sexo masculino em vez de adultos) [...] Embora alguns estudos abordando a agressão sexual em instalações correccionais estivessem disponíveis antes de 1980, só no início da década de 1980 apareceram algumas pesquisas abordando especificamente as consequências do “estupro masculino” na comunidade. (tradução nossa)<sup>4</sup>

Desta maneira, estudos investigando casos de violência/abuso sexual contra meninos são bastante recentes, acompanhando, de certa maneira, as discussões que têm se consolidado nos Estudos de Masculinidades<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Research addressing sexual assault/rape of men did not appear until less than 30 years ago (and, most of the early literature focuses on male children rather than adults [...]) Although a few studies addressing sexual assault in correctional facilities were available prior to 1980, it was not until the early 1980s that any research specifically addressing the consequences of “male rape” in the community appeared.

<sup>5</sup> Sobre os Estudos de Masculinidades, indicamos duas obras que focam no cenário do Brasil, a saber: De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil (Caetano; Silva Junior, 2018) e Eles por eles: pesquisas sobre masculinidades no Brasil (Silva Junior; Carvalho, 2022).

Nesse sentido, cabe também destacar que foi somente em 2009, a partir da Lei 12.015, que meninos e homens foram reconhecidos no Código Penal Brasileiro como vítimas de estupro de vulnerável e violência sexual. Até então, estupro era definido no Art. 213 como “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”, e depois passou a ser “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.<sup>6</sup>

Salientamos também que, em 1926, um caso de extrema violência envolvendo o estupro de um menino de 12 anos ganhou grande repercussão nacional e passou a integrar os debates públicos sobre infância e justiça no Brasil. O episódio ocorreu no Rio de Janeiro e envolveu Waldemiro de Azevedo, engraxate que, após um conflito com um cliente, foi detido pela polícia e permaneceu preso por cerca de 40 dias. Durante o encarceramento, o menino foi submetido a sucessivos abusos sexuais, o que provocou intensa comoção social e mobilizou discussões no Congresso Nacional.<sup>7</sup> Contudo, é fundamental destacar que a formulação do Código de Menores não decorreu exclusivamente desse fato, mas se inscreveu em um contexto mais amplo de controle e contenção da infância pauperizada. Não por acaso, o primeiro Juizado de Menores havia sido criado em dezembro de 1923, com inauguração em 1927. Nesse cenário, o caso foi acionado como mais um argumento em nome da defesa da infância, ao mesmo tempo em que contribuiu para legitimar políticas de institucionalização e confinamento de meninas e meninos em internatos-prisão, conforme analisa Altoé (2009), culminando na fixação de parâmetros legais de responsabilização penal – até então regidos pelo Código Penal de 1890, que previa a imputabilidade de crianças a partir dos nove anos.

Em buscas realizadas com os descritores “violência sexual – meninos”, “abuso sexual – meninos”, “violência sexual – homens”, “abuso sexual – homens” em repositórios digitais como o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES<sup>8</sup> e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>9</sup>, encontramos, entre as pesquisas no âmbito da pós-graduação (mestrado e doutorado), 28 produções, sendo 6 teses e 22 dissertações, datadas entre 1996 e 2024. Desse total, 14 são do campo da Psicologia, 4 do Serviço Social, 4 da Educação, 3 das Ciências, 2 da Saúde Coletiva e 1 da Antropologia, dentre as quais apresentamos abaixo nove, em ordem

---

6 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm). Acesso em: 29 dez. 2021.

7 Para mais informações, ver: <http://vermelho.org.br/2015/07/08/em-1927-menor-estuprado-na-prisao-levou-brasil-a-fixar-idade-penal>. Acesso em: 29 dez. 2021. No texto, o menino é referenciado como Bernardino.

8 Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 26 dez. 2024.

9 Disponível em: <http://bdtb.ibtict.br/vufind>. Acesso em: 26 dez. 2024.

cronológica de publicação, que envolveram com maior ênfase as famílias das vítimas.

O estudo mais antigo encontrado é a dissertação em Psicologia de Kristensen (1996), que analisou entrevistas com vítimas, familiares e profissionais. Ele apontou que os meninos abusados enfrentam confusão quanto à sexualidade, revitimização e dificuldades relacionais. Kristensen já alertava, ainda nos anos 1990, sobre a carência de estudos focados na experiência masculina da violência sexual. Em 2006, Prado realizou entrevistas com três famílias de meninos vítimas, analisando a invisibilidade da violência sexual masculina a partir das lentes de gênero, para sua dissertação em Psicologia Clínica. Para ela, o patriarcado sustenta o silêncio e a dor desses casos, que se intensificam quando o agressor é próximo da vítima.

Já Pires Filho (2007), em sua dissertação em Psicologia Clínica, entrevistou psicólogas para compreender o impacto do abuso intrafamiliar contra meninos. Os relatos destacaram consequências como depressão, medo da homossexualidade, dificuldade de vínculos afetivos e prejuízos na aprendizagem escolar. Carvalho, em sua tese em Serviço Social (2015), abordou os sentidos atribuídos ao abuso por vítimas e familiares. Ela apontou que os estigmas de gênero dificultam a compreensão e o enfrentamento da violência, sendo necessária uma abordagem mais humanizada da sexualidade.

Said (2017), em sua dissertação em Psicologia, analisou documentos e prontuários de instituições públicas, evidenciando que os estigmas sobre masculinidade interferem no silêncio familiar e nas consequências pós-abuso. Em sua tese de 2021, aprofundou-se na polivitimização, apontando a necessidade de reconhecer e nomear as múltiplas violências sofridas por meninos abusados. Silva (2018) investigou a invisibilidade do abuso sexual doméstico contra meninos, em sua dissertação em Serviço Social, e concluiu que o segredo, a culpa e a vergonha permeiam tanto as vítimas quanto os profissionais, instituições e políticas públicas, contribuindo para a negligência sistêmica desses casos.

Em 2022, Darosci analisou boletins de ocorrência de violência sexual contra homens, identificando como fatores centrais as relações de gênero, a responsabilização familiar e a omissão do Estado. Ela destacou em sua dissertação em Serviço Social o assédio sexual no ambiente de trabalho como forma recorrente de violência. Por fim, a tese em Educação de Rosa (2024) investigou a pedofilização de meninos que performam masculinidades dissidentes. Constatou-se que esses sujeitos enfrentam maior vulnerabilidade ao abuso sexual e que a falta de formação e políticas públicas impede famílias e escolas de promoverem acolhimento e proteção.

Todas as pesquisas apontam para a necessidade de uma maior instrumentalização das famílias a fim de que essas consigam promover uma educação para a sexualidade que informe, proteja e acolha os meninos. Para que isso ocorra, há muitas mudanças que precisam ocorrer na sociedade, pois é algo estrutural, que demanda políticas públicas e mobiliza a rede protetiva do Sistema de Garantia e Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Acerca do papel das famílias no desenvolvimento de autonomia e independência das crianças a fim de que estejam preparadas para as dinâmicas da vida jovem/adulta, Sanderson (2005, p. 253) pontua que:

As crianças não podem ser impedidas de adquirir habilidades adequadas que as capacitarão a viver na comunidade. Não é saudável que se sintam tolhidas em seus movimentos porque as amedrontamos a tal ponto que elas se tornem reclusas. Em vez de tornar as crianças amedrontadas e desconfiadas, é crucial instrumentalizá-las com conhecimento suficiente e apropriado à idade para que estejam atentas e prevenidas em relação a perigos potenciais.

Muitas vezes, há um investimento maior na educação das meninas quando se fala em sexualidade, por exemplo, a fim de informar sobre menstruação, evitar gravidez precoce e proteção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), entre outros; e nesse movimento, os meninos são deixados alheios às questões que também lhes cabem. Ou seja, essa pauta deve igualmente estar a serviço do debate sobre as relações de gênero, assim como as responsabilidades familiares, a divisão de tarefas e a criação de um ambiente de confiança e respeito.

Além disso, caberia em primeiro lugar à família conversar com os filhos sobre esses temas, a saber: saúde sexual e mental, uma vez que tais questões estariam diretamente ligadas ao cuidado com o corpo, relações afetivas, sexuais e consentimento, que precisam ser compreendidas de maneira responsável, prazerosa e segura. Sabemos que não se trata de uma tarefa fácil, pois exige disponibilidade emocional e abertura ao diálogo por parte de pais e/ou responsáveis. Nesse sentido, mais do que deter um conhecimento técnico, torna-se fundamental que os adultos estejam emocionalmente preparados para cuidar e escutar as crianças, bem como que possam buscar apoio e participar de espaços coletivos de debate, nos quais questões relacionadas à sexualidade e ao consentimento sejam discutidas de forma compartilhada.

Nesse sentido, temos percebido um investimento em livros que pretendem “ensinar” a educar os meninos, a saber: *Educando meninos* (Dobson, 2003), *Como criar meninos felizes e confiantes* (Hatley-Brewer, 2004), *Criando meninos* (Biddulph, 2014), *Como educar meninos: o poder da conexão para criar grandes homens* (Reichert, 2019) e *Educar meninos fortes numa sociedade líquida: sete segredos para educar filhos saudáveis* (Meeker, 2023). Os cinco livros citados são de autores/as, na maioria psicólogos/as, que possuem a proposta de indicar meios para que famílias tenham sucesso na criação e educação dos meninos – e muitas das obras possuem versão dedicadas também à educação das meninas.

De acordo com a pesquisa de Sostisso (2011, p. 173), que analisou dois desses quatro livros, essas obras operam como manuais educativos sustentados por diversas estratégias, sendo que “o governo da infância generificada, engendrado nos livros, está estreitamente relacionado ao governo das condutas maternas e paternas”, ao passo de prescrevem que mães e pais leitoras/es “se identifiquem com determinados estilos de vida, sejam incitados e mobilizados para desejarem estar em certas posições”. Além disso, fica muito evidente como esses artefatos culturais desenvolvem “uma pedagogia cultural que, através da naturalização de algumas características apresentadas pelos meninos, acaba por regular a constituição da sexualidade masculina e ensina aos adultos como promovê-la” (Vargas; Carvalho, 2013, p. 605).

Em contrapartida, nos últimos anos já é possível encontrar alguns livros que exploram a questão da criação dos meninos sob o ponto de vista dos Estudos de Gênero, Estudos Feministas e Estudos das Masculinidades, a saber: *Para educar crianças feministas: um manifesto* (Adichie, 2017), *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola* (Aquad, 2018), *Os meninos são a cura do machismo: como educar crianças para que vivam uma masculinidade da qual nos orgulharemos* (Queiroz, 2021) e *Educar meninos não é frescura: reflexões sobre gênero para famílias e educadores* (Speranza, 2024).

Como argumentam Rosa e Felipe (2023), muitas famílias não se sentem confortáveis ou preparadas para conversar sobre questões envolvendo sexualidade e que podem ser trazidas pelos seus filhos, com tópicos como masturbação, iniciação sexual e anatomia do corpo, por exemplo. Diante disso, os autores indicam que mães e pais devem buscar apoio para que esse diálogo aconteça, tendo em vista que muitas vezes acabam optando por uma das cinco atitudes a seguir: (i) ignoram ou fingem que não ouviram as dúvidas das crianças; (ii) repreendem a criança por apresentar tais questões; (iii) afirmam que crianças não têm idade para saber de determinados assuntos, pois não

entenderiam; (iv) repassam informações equivocadas diante das curiosidades infantis, reforçando explicações fantasiosas e inverídicas; e (v) orientam as crianças e respondem às dúvidas que elas trazem ou tomam a iniciativa de conversar sobre esses temas considerados sensíveis, principalmente com o intuito de orientá-las e protegê-las.

Infelizmente, ainda são poucas as famílias que recorrem à última atitude, tendo em vista que suas criações também não foram pautadas no diálogo, o que acaba configurando a problemática como algo estrutural na sociedade. Diante disso, pensamos ser necessário potencializar no âmbito familiar tanto a educação, quanto a proteção e o acolhimento aos meninos quando estes se revelam vítimas. E talvez este último movimento seja ainda mais difícil de se preparar para e realizar, pois exige uma escuta ativa e um controle emocional para lidar com os mais variados sentimentos que podem emergir da partilha de um caso de violência/abuso sexual.

Nesse sentido, a associação portuguesa *Quebrar o Silêncio* – que oferece apoio *online* a homens vítimas de violência/abuso sexual – tem publicado o *Guia para familiares e pessoas amigas: Como Posso Ajudar um Sobrevivente?*<sup>10</sup> com informações acerca de como se pode auxiliar um homem vítima que compartilha sua história, que na maioria das vezes ocorre cerca de 20 anos após o ocorrido na infância. O documento problematiza por que os homens não costumam contar suas vivências de abuso, assim como o que pode os motivar a compartilhar, abordando os impactos para quem recebe esses depoimentos e dicas sobre como gerenciar esses momentos, com questões de o que se pode dizer e o que evitar falar, assim como perceber quando a família também necessita de apoio para lidar com a situação.

Outro ponto que o âmbito familiar poderia corroborar de maneira significativa diz respeito à quebra de representações que giram em torno da violência/abuso sexual contra os meninos, principalmente questões envolvendo a sexualidade das vítimas. Vertamatti (2017, p. 39), ao realizar um estudo transversal envolvendo crianças até dez anos de idade que foram atendidas pelo Programa de Atenção a Violência e Abuso Sexual (PAVAS) na região metropolitana de São Paulo entre os anos de 2004 e 2013, observou que os meninos tendem a sofrer abusos mais graves e também prolongados, além de que “a associação entre abuso sexual de meninos e homossexualidade não apenas implica em vergonha e estigma social, mas também em motivo para o número reduzido de denúncias e a pouca informação disponível”.

---

10 Disponível em: <http://www.quebrarosilencio.pt/wp-content/uploads/2024/08/guia-familias-web.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Nesse contexto ainda, analisando a prevalência do Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) em crianças e adolescentes vítimas de violência/abuso sexual, Brito e Silva (2025) identificaram que diversos fatores influenciam na formação de tal distúrbio e, entre eles, está o suporte familiar, juntamente com a frequência dos eventos e a gravidade do trauma. “A revisão da literatura demonstrou que fatores como a falta de suporte familiar e social aumentam o risco de desenvolvimento do transtorno, enquanto o apoio adequado pode atuar como fator de proteção” (Brito; Silva, 2025, p. 569). Sendo assim, os autores consideram a ausência de suporte familiar como um dos fatores de risco para a violência/abuso sexual, tanto influenciando na vulnerabilidade quanto na resiliência frente ao trauma.

### 3 Caminhos metodológicos possíveis para temas sensíveis

Com o objetivo de reunir informações sobre meninos que foram vítimas de violência ou abuso sexual e destacar a importância de uma educação para a sexualidade promovida pelas famílias como forma de educar, proteger e acolher esses sujeitos, decidimos não apenas realizar levantamento bibliográfico, mas também entrevistar homens adultos, considerando as implicações éticas e o respeito às crianças. Assim, este estudo é caracterizado como de natureza aplicada; quanto à abordagem, possui um enfoque qualitativo; em relação aos objetivos, apresenta um caráter exploratório e descritivo; e, no que diz respeito aos procedimentos técnicos, trata-se de uma investigação bibliográfica acompanhada de levantamento de dados.

Foram utilizados dois instrumentos de pesquisa neste estudo, o primeiro deles um questionário *online*, desenvolvido no *Google Formulários*, aplicado entre abril e maio de 2023 e disseminado pela técnica “bola de neve”. Ao todo, participaram 155 homens, dos quais 48,4% relataram ter sido vítimas de abuso sexual na infância. O segundo instrumento consistiu em entrevistas semiestruturadas, realizadas via *Google Meet* entre agosto e setembro de 2023, com a participação de 7 homens provenientes de diferentes estados do Brasil.

É importante destacar que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de contribuírem para a pesquisa. Consideramos, ainda, que os relatos apresentados não dizem de uma infância “em si”, mas de narrativas produzidas por homens adultos sobre experiências vividas quando crianças. Nesse sentido, compreendemos a memória como um processo não linear, atravessado pelo tempo e por

reiteradas ressignificações, de modo que o que emerge nos relatos nos mostra tanto o vivido quanto as leituras que esses sujeitos fazem de suas experiências a partir do presente.

Os resultados do questionário revelaram que 65% dos abusos ocorreram quando as vítimas tinham entre 5 e 10 anos de idade, tendo como principais responsáveis amigos da família, primos/as, vizinhos/as e tios/as, sendo que metade dos agressores/as tinha entre 14 e 18 anos. Os abusos ocorreram predominantemente na casa do/a agressor/a, na casa da vítima ou na rua. Para 60% das vítimas, as experiências vividas na infância continuam a impactar a vida adulta; apenas 9 dos 75 homens que relataram terem sido vítimas de violência sexual contaram a alguém na época, enquanto 20 deles nunca revelaram o que aconteceu. Para 74,7% dos participantes, a violência sexual ocorreu repetidamente; apenas 17,3% mencionaram que alguém suspeitou do que havia ocorrido. No que diz respeito à educação sexual, somente 12% dos participantes relataram ter recebido orientações sobre o tema em casa, e apenas 10,7% lembram de terem recebido aulas sobre o assunto na escola.

Dos 75 homens, 51 afirmaram que foram considerados meninos afeminados na infância e, destes, 39 se disponibilizaram a participar das entrevistas deixando seus e-mails ao final do questionário. Foram selecionados sete sujeitos<sup>11</sup> para uma entrevista *online* a fim de compreender melhor a situação de violência/abuso sexual vivida e a relação dessa com as (in)formações dadas pela família na perspectiva de uma educação para a sexualidade. Acerca do perfil desses sete homens, a maioria tinha entre 31 e 40 anos de idade; sendo seis homossexuais e um heterossexual; três eram brancos, três pardos e um negro; um era católico, um umbandista e cinco sem religião; e sobre suas profissões, três eram professores, dois eram artistas, um escritor e um assistente administrativo. Três deles foram vítimas de violência/abuso sexual pela primeira vez quando tinham entre 3 e 4 anos de idade, dois entre 5 e 6 anos, um entre 9 e 10 anos e um entre 13 e 14 anos; quatro dos abusadores eram amigos da família e três eram vizinhos, sendo que quatro tinham idade entre 14 e 18 anos, um entre 19 e 25 anos, um entre 26 e 30 anos e um entre 41 e 50 anos; e para cinco entrevistados o local da violência foi a casa do agressor e dois foi a rua.

---

11 Os nomes dos entrevistados aqui utilizados – Gustavo, Rafael, Arthur, João, Piccolo, Antônio e Davi – foram estabelecidos com base em personagens de obras literárias que contam histórias de meninos e homens vítimas de violência/abuso sexual.

#### 4 A ausência de uma educação para a sexualidade promovida no âmbito familiar

Foi unânime para os sete entrevistados a ausência de qualquer tipo de conversa que abordasse abertamente as questões relacionadas com gênero e sexualidade por parte de suas mães e seus pais. Contudo, é importante referir que o ato de não falar acerca desses temas nos lares das crianças e adolescentes também acaba se configurando como um modo de educar, no sentido de mostrar que tal pauta não se faz relevante nesse ambiente, porém vulnerabiliza esses sujeitos, uma vez que eles não recebem qualquer tipo de informação para que possam minimamente se conhecer e se proteger em casos de violência/abuso sexual.

Ao serem perguntados como esses temas circulavam em suas casas, os entrevistados relataram:

Não, nunca foi. [...] tinha isso de ter todo um pudor extra, me parece, das coisas do corpo, com minha mãe, meu irmão, pai, tudo era muito trancoso e escondido, e não se falava absolutamente sobre gênero, sobre sexualidade, sobre nada disso.

Gustavo, 21/08/2023.

[...] não havia, durante a minha infância, não havia nenhum tipo de diálogo sobre isso, não.

Rafael, 26/09/2023.

[...] era velado, era... não se discutia nada. E eu era o que na realidade estava sempre alguém mandando eu calar a boca. E isso... não só pelos meus pais, como pelos meus irmãos mais velhos. Isso fez... isso depois de adulto eu vou fazer uma análise sobre isso e isso me prejudicou muito durante a vida, mas depois eu te falo sobre isso. Mas não se falava sobre gênero, sexualidade, nada disso. E eu sempre que tentava entrar nesse assunto, era sempre taxado “Fica quieto, você não sabe o que você tá falando”, tinham umas coisas assim, de meio que colocar as coisas pra debaixo do tapete, não se conversava.

Arthur, 17/08/2023.

Para esse entrevistado do último excerto, além de não haver essa conversa em sua casa na infância, qualquer tentativa para tal era interrompida, como se o assunto não fosse adequado de se conversar em família. Para outro

participante da pesquisa, as temáticas até apareciam, mas não no sentido de uma educação com finalidades de informar e proteger, por exemplo:

*Circulava, mas de maneira pejorativa. Eu sou de família evangélica, então eu lembro que, assim, desde criança eu tinha que me policiar para não demonstrar uma homossexualidade. Então, tipo, eu lembro que com oito anos eu já tinha que tipo estabilizar o pé firme, porque a minha mãe achava que eu estava rebolando para um andar um pouco mais afeminado. Então, isso sempre foi um encontro que perdurou ali por um bom tempo na minha vida.*

João, 20/09/2023.

É possível perceber aqui a influência da religião no âmbito familiar e como tal perfil acaba por podar algumas oportunidades de se discutir gênero e sexualidade, inibindo também qualquer performance que desviasse daquilo que era esperado pelos pais. Tal questão de já na infância apresentar traços que fugissem dos *scripts* de gênero esperados ao meninos era algo que se aproximava de uma frustração e intolerância, como os relatos a seguir também mostram:

*A igreja ela sempre foi impeditiva, sempre foi, inclusive com meus pais, talvez por não compreenderem, né, talvez... então como eu falei no início da entrevista, né, se eu finjo que não sou e minha mãe finge que não sabe é porque ela é evangélica e eu acho que talvez se ela souber da minha boca ela trataria como um desgosto, não sei que reação que ela teria não sei como ficaria a nossa situação, ainda mais que o meu pai falecido, minha vó também, e agora é só eu e ela, então ainda mesmo tendo uma independência financeira é como se eu magoasse ela, então eu acho que tipo... isso tudo está envolto religioso, porque ela é de uma igreja pentecostal, protestante aquela coisa toda, então eu acho que se não fosse essa questão da igreja e também se ela tivesse mais estudo para compreender né cientificamente essa questão de sexualidade, de gênero, eu acho que talvez a gente pudesse ter uma relação mais aberta.*

João, 20/09/2023.

*[...] não tivemos esse tipo de conversa, não. Qualquer sexualidade, assim, desviante, né, da norma, na minha família sempre foi tratado com preconceito por conta da questão muito religiosa, realmente, assim, da minha, da formação da minha família, né. [...] Eu acho que a questão religiosa sempre teve implícita, né. Eu falo assim, tanto pela questão da minha família frequentar a igreja nos domingos, né, uma coisa assim, mais com essa certa devoção, assim, né, praticante, mas também não de um modo absolutamente extremista, mas de certo modo isso sempre*

*teve enraizado, assim, né, esses preconceitos com relação às sexualidades desviantes e outras práticas que fogem da norma.*

Piccolo, 18/08/2023.

Esses dois últimos entrevistados chegaram a utilizar a palavra preconceito para descrever como viam a questão religiosa relacionada com as temáticas de gênero e sexualidade nas suas famílias, sendo uma forte influenciadora para a não mobilização desses assuntos nos seus lares (Felipe, 2024). E conforme apresentado anteriormente, a maioria dos homens entrevistados não possui uma religião na idade adulta, talvez por justamente compreender o quanto, em alguns casos, elas comprometem na educação dos sujeitos, inviabilizando temas importantes de serem debatidos no sentido da constituição de uma formação integral.

Além disso, outro aspecto relatado em uma entrevista foi a questão de uma mãe que não dispunha de tempo para o filho:

*Não tinha muito essa conversa porque a minha mãe, ela trabalhava, então ela trabalhava pra fazer o sustento de casa. E quando ela chegava em casa ela literalmente apagava e dormia. Então eu não tinha nem esse tipo de conversa nem outro suporte, por exemplo, de estudo, de escola, de deveres escolares, por exemplo, que é o básico, eu não tive. Então eu contava com a ajuda de vizinhos ou eu mesmo estudava por conta própria, não tinha esse diálogo, não.*

Antônio, 16/08/2023.

Tal situação acaba sendo comum em muitas famílias, tendo em vista a oitava jornada de trabalho a que grande parte das mulheres é submetida com cuidados diversos: de si, afinal vivemos em uma sociedade que exige delas uma constante preocupação com o embelezamento; tarefas domésticas; de sua relação afetiva-sexual; excelência profissional (para aquelas que também trabalham fora de casa); nos estudos; em relação aos filhos; em relação aos mais velhos da família; e em relação aos netos (Rosa; Felipe, 2019). Cabe ainda mencionar que, de acordo com o *Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher* do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2023) sobre as dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho no Brasil, cerca de 14,7% das famílias são monoparentais com filhos e chefia feminina.

Nesse contexto, em pesquisa investigando a violência/abuso sexual em processos judiciais encaminhados à 1ª e 2ª Varas da Infância e Juventude de Porto Alegre-RS no período de 2003 a 2007, Pincolini e Hutz (2014)

observaram que, entre os abusadores adolescentes, o predomínio de vítimas era do gênero masculino, tendo como principais agressores os vizinhos. Os contextos em que a maioria de tais situações ocorreram estavam no âmbito do cuidado, uma vez que

não é comum que adolescentes do sexo masculino brinquem com meninas menores sem nenhuma supervisão de um adulto. Também não é frequente que sejam solicitados a tomar conta de crianças do sexo feminino. Interações entre crianças menores do sexo masculino e adolescentes do sexo masculino são mais frequentes, seja na escola, em brincadeiras com vizinhos ou na prática de esportes, como o futebol, por exemplo (Pincolini; Hutz, 2014, p. 309).

Assim, os autores salientam que diversos fatores favorecem a ocorrência de violência/abuso sexual cometido por garotos adolescentes contra meninos, como a dificuldade de assumir papéis de poder e de responsabilidade em relação a crianças pequenas que se opõem de alguma maneira a variadas características da adolescência, como a impulsividade e os questionamentos em relação à própria identidade. Além disso, somam-se ainda a motivação do abuso por curiosidade e fantasia sexual e oportunidades de experimentação da sexualidade.

Esse mesmo último entrevistado ainda afirmou que, diante das violências sofridas na escola, não costumava comentar em casa para a mãe:

*[...] eu achava que se eu contasse ia criar represálias, eu achava que ia ser, ou um castigo corporal, ou um castigo de ficar sentado em um canto alguma coisa do tipo, então isso nunca foi levado para dentro de casa, nunca foi, se os professores não resolvessem ali pra mim, eu não faria mais nada, ficava por aquilo mesmo.*

Antônio, 16/08/2023.

Como é possível perceber, a falta de um diálogo franco e constante pode resultar não somente em uma ausência em relação a uma educação para a sexualidade, mas principalmente na privação de um ambiente seguro para que as crianças relatem situações que tenham vivenciado, em especial quando se tratar de violação de direitos. Nesse contexto, observamos como mães e pais necessitam de conhecimentos técnicos e emocionais - assim como políticas públicas para a construção dessa atenção e olhar - para não apenas criarem, mas educarem seus filhos:

Sem uma educação para a sexualidade e se sentindo constantemente vigiados, os meninos podem desenvolver uma espécie de “modo de

sobrevivência” (Moraes, 2019) em seus lares, com uma liberdade que os restringem de se expressar como querem. Além disso, as responsabilidades colocadas sobre eles desde cedo também impactavam na rotina e na compreensão dos fluxos do cotidiano, o que por muitas vezes acabava os colocando em situação de vulnerabilidade, sem um olhar adulto de proteção.

*Eu estudava de manhã, saía da escola, antes de chegar em casa essa pessoa me perseguia, esse indivíduo me aguardava, me pegava em algum lugar, eu não me lembro assim dos locais, e me levava para esse local e aí depois que eu chegava em casa, e sempre que eu chegava em casa não tinha ninguém em casa, eu sempre chegava em casa sozinho, minha mãe deixava comida pronta e eu tinha que esquentar comida comer sozinho e ficar na frente da televisão, sozinho o dia inteiro..*

Antônio, 16/08/2023.

Cabe ressaltar que essa realidade narrada pelo entrevistado é muito comum para as meninas desde novas, assumindo responsabilidades domésticas e cuidando dos irmãos mais novos, por exemplo. Entretanto, ainda assim, é possível perceber um olhar adulto que ensina e as acompanha. Já no caso dos meninos, eles são entendidos como sujeitos que podem “se virar”, autoprotoger-se em qualquer espaço, como empreendedores de si, mesmo sendo crianças. Contudo, como Guizzo (2011, p. 149) destaca:

Mesmo que existam alguns borramentos entre as fronteiras de gênero, ou seja, meninos/homens praticando e exercendo ações e funções tradicionalmente atreladas ao feminino (como: embelezar-se) e vice-versa, as cobranças e as sanções sobre os meninos/homens que não cumprem com “funções/papéis” que histórica, cultural e socialmente foram sendo definidas como próprias para eles são bem maiores.

É essa “criação mais solta”, muitas vezes brincando e passando tempo mais na rua e na vizinhança do que dentro da própria casa, acaba colocando os meninos em uma posição de desproteção, além do sentimento de abandono e solidão - como narrado pelo último excerto do entrevistado - tornando-os alvos fáceis para abusadores. Estudos apontam que as espacialidades que mais aparecem no conjunto das declarações de vítimas, infratores e testemunhas de violência/abuso sexual contra meninos são, para além da casa, os “espaços de lazer/brincadeira/rua/terreno baldio, escola e instituição de internamento socioeducativo” (Rossi, 2017, p. 284).

Outros entrevistados também indicaram que não entendiam o âmbito familiar como um local seguro para contar sobre as violências sofridas:

*[...] eu botei a culpa toda em cima de mim, né? Era um peso que eu tinha. Imagina, tipo, pegar e falar isso pra bisavó e ficar aquela vergonha na família. Tu entende? Ou eu falar isso pra mãe, o que aconteceu, e ela sempre teve atitudes, tipo, extremas de brigar, de gritar, essas coisas. Seria tão vergonhoso quando eu, já disse que eu sou sensível, eu sempre fui sensível. E daí eu escondi tudo. Bloqueei pra poder viver, sei lá, o que aconteceu.*

Davi, 17/08/2023.

Eu não vejo muita possibilidade de ter contado isso em casa. Porque eu sou o único filho homem dos meus pais, eu sou o mais novo, né. Então a expectativa sobre a minha correspondência ao que eles esperavam dentro dos padrões hegemônicos, né, de comportamento de gênero e de sexualidade, acabou sendo uma cobrança também, né? Então acho que isso impossibilitou não só contar sobre esse fato, né, mas também sobre me sentir mais à vontade pra ser quem eu sou dentro do meu próprio ambiente familiar, entendeu?

Piccolo, 18/08/2023.

Observamos que os sentimentos de culpa, vergonha, preocupação e desconforto com a situação também são razões pelas quais os meninos acabam decidindo por não relatarem em casa acerca das violências/abusos sofridos. E nesse cenário, acreditamos que tais maneiras de enxergar esse contexto estejam muito relacionadas a como as crianças entendem o funcionamento de suas famílias, com poucos exemplos ou mesmo sem momentos de conversa com perguntas a respeito do dia-a-dia deles ou algo do tipo.

Outro entrevistado, ao narrar sobre a violência/abuso sexual que passou, associa a questão da religiosidade dos pais com uma sensação de que não deveria narrar essa vivência seja para quem fosse:

*Às vezes me incomodava no sentido quando queriam que eu engolisse inteiro, imagina eu uma criança engolindo um pau grande ou mesmo pra uma criança daquela idade seria grande e assim, por conta dessa questão da sexualidade, questão familiar, religiosa, que eu sabia que isso eu não podia contar pra ninguém porque assim, era uma coisa que eu gostava mesmo com quatro anos eu ficava excitado, eu lembro disso perfeitamente, mas eu não entendia que isso era um assédio, pedofilia, algo mais grave.*

João, 20/09/2023.

É ainda possível observar como a questão de contar para a família acerca da violência/abuso sexual sofrido não é uma prática comum, ainda mais entre os meninos. Dos sete homens entrevistados, apenas um relatou na época do ocorrido para a mãe; outros cinco relataram somente anos mais tarde, e um nunca havia falado sobre essa experiência com outra pessoa antes.

Inácio (2015, p. 51) destaca que:

As consequências da revelação de um abuso sexual atingem não apenas a vítima direta da agressão. Suas repercussões são mais amplas e desestruturam o grupo familiar como um todo. Faz-se necessário mensurar esses impactos, de forma mais precisa, para cada membro familiar. Quanto maior a chance de um membro contribuir para a recuperação da vítima e reestruturação da família, maior deve ser a dedicação a esse componente do núcleo familiar.

Ao investigar os estilos parentais em meninos vítimas de violência/abuso sexual, Abeche (2016, p. 53) observou que esse grupo “desenvolveu percepções negativas com relação ao estilo parental, principalmente frente à figura do genitor, visto que esta relação de afeto foi rompida, desencadeando uma relação conflituosa”. A autora ainda relaciona que seria possível pensar que estes sujeitos pais “tenham se utilizado de padrões autoritários, com comportamentos agressivos, regras rígidas e até mesmo o uso da força física na educação dos filhos”, sendo que tal estilo de educação pode se assemelhar a estratégias utilizadas pelos abusadores.

Um dos entrevistados sinaliza que a falta da presença do pai em casa pode ter influenciado na questão das violências sofridas por ele:

[...] o fato de eu não ter uma figura masculina, um pai, pra me remeter, para eles verem dentro da minha casa, isso justificava as violências, eles se sentiam legitimados pra fazer esse tipo de violência.

Antônio, 16/08/2023.

Conforme o Portal da Transparência da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), em página voltada à identificação do número de crianças registradas só em nome da mãe no Brasil – denominada Pais Ausentes –, em 2024 no país tiveram 2.427.942 nascimentos e, destes, 161.484 registros com pais ausentes, representando cerca de 7% do total no referido ano.<sup>12</sup> Por outro lado, de acordo com o

<sup>12</sup> Disponível em: <http://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>. Acesso em: 17 jan. 2025.

relatório *Situação da Paternidade no Brasil 2019: Tempo de Agir*, produzido pelo Promundo-Brasil (2018)<sup>13</sup>, já é possível visualizar movimento recente de homens que querem participar mais do cuidado de seus filhos e suas filhas, tendo em vista uma revisão de seu papel na sociedade e importantes debates acerca de equidade de gênero e paternidades (Zanette, 2024).

Outro entrevistado ainda via no pai uma figura que, além de não educar ou proteger, impedia-o quando menino a realizar determinadas atividades ou escolhas:

*Eu não entendo até hoje. Era uma pressão para que eu não fizesse nada, para ele me dominar, porque eu tinha visto uma traição dele. E eu só vim entender isso depois de um pouco mais maduro. Ele não me deixou pintar, eu fazia curso de pintura, ele me tirou. Enfim, todas as atividades que eu gostava, eu era taxado, e minha mãe, ela concordava. Ela não vinha nessa pressão, mas concordava. Então, acabavam sendo os dois nessa pressão, nesses tormentos de uma manifestação artística da minha parte.*

Arthur, 17/08/2023.

Em contrapartida, Bonfante (2019), em sua pesquisa relacionando as possíveis reações de mães de meninos vítimas de violência sexual frente à sua revelação, observou como a maioria delas reagiu com credibilidade e acolhimento, com busca de ajuda e encaminhamentos para atendimento especializado, além de relato de diversas emoções, como culpa, hostilidade, medo e raiva.

Além disso, para os homens entrevistados homossexuais, a própria questão de conversarem em casa sobre sua orientação sexual já era complicado:

*Nunca meus pais queriam me ouvir, tanto que quando eu assumi, para você ter uma ideia, quando eu assumi a sexualidade, eu fui para a casa deles e falei assim, “olha, o negócio é...” por causa de um brinco, por causa de um brinco que eu coloquei a família toda, parentes e tudo mais, todo mundo falando, eles chegaram e falaram, “olha, você vai para um psicólogo porque isso não está certo”, não sei o que... Foi a única vez que eu consegui falar para eles “assim, não, sobre isso, quem precisa de psicólogo são vocês. Eu sei o que eu quero e agora vocês não vão me mudar para isso”.*

Arthur, 17/08/2023.

13 Disponível em: [http://promundo.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio\\_paternidade\\_promundo\\_06-3-1.pdf](http://promundo.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_paternidade_promundo_06-3-1.pdf). Acesso em: 27 nov. 2023.

*Quando eu tava com 17 anos, eu já tava trabalhando, eu trabalhava e estudava à noite, então eu me senti... que eu achava que eu estava no direito de contar isso pra minha mãe. Então eu falei assim “Ah, eu vou contar pra minha mãe”. E a minha mãe... tudo quanto é tipo de coisa, e foi uma experiência horrível, foi muito ruim, ela não aceitou bem e depois disso mudou completamente, começou a me destratar e me isolar das coisas todas a me esconder quando era possível, de familiar ou de outras pessoas que ela tinha conhecimento. Então foi muito ruim, então assim, foi a primeira vez que eu tive a possibilidade de contar e depois disso eu já não falei mais nada, bastei por completo.*

Antônio, 16/08/2023.

Infelizmente, ainda é uma realidade comum para muitos sujeitos LGBTs – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – a questão da ausência de um acolhimento familiar quando afirmam terem uma orientação sexual ou um gênero diferente do esperado pela sociedade. Situações de pais que expulsam seus filhos de casa, que os violentam física, psicológica e verbalmente, além de romper totalmente com os laços afetivos, faz parte da experiência e do cotidiano de muitos sujeitos, que ao se verem nesse cenário, acabam sofrendo outras e ainda maiores agressões fora de casa, como na rua e em outros espaços que se apresentam tão violentos quanto, assim como muitas vezes têm de lidar com uma homofobia internalizada (Antunes, 2016).

Por fim, ao serem perguntados se acreditam que uma efetiva educação para a sexualidade na família durante as suas infâncias poderia ter mudado a situação da ocorrência de violência/abuso sexual na época, todos os entrevistados apontaram que sim. Um deles chegou a se emocionar durante a entrevista ao falar desse aspecto, tendo em vista que na época do acontecido ele não tinha a quem recorrer:

*Sim, com certeza. Com certeza. Eu acho que eu carregaria menos culpa, porque fui tendo que ver tudo isso comigo sozinho, entende? [entrevistado pausa emocionado] Isso prejudicou muito, até minha carreira profissional, as coisas, já sabe, de... Nossa, é difícil. [entrevistado pausa emocionado] Eu acho que teria me ajudado muito!*

Arthur, 17/08/2023.

Embora as análises tenham destacado o papel das famílias das vítimas, enfatizando a importância da educação, da proteção e do acolhimento, consideramos fundamental ampliar o olhar para os sujeitos que cometem a violência/abuso sexual, sem incorrer em uma responsabilização restrita ao âmbito familiar. O fato de cerca de metade dos abusadores terem entre 14 e

18 anos de idade aponta para a ausência ou fragilidade de políticas públicas e de espaços coletivos que promovam debates sobre cuidado de si e do outro, sexualidade, performances de gênero e consentimento, bem como sobre as condições de autonomia para consentir. Nesse sentido, a agressão sexual deve ser compreendida como um fenômeno atravessado por dimensões sociais, educativas e institucionais.

Nesse sentido, também pensamos ser necessário tensionar a idealização de família que ainda perdura em nossa sociedade e que tende a romantizar posturas que colocam os meninos em situações de vulnerabilidade ao negligenciar seu direito a uma educação que aborde corpo, gênero e sexualidade, podendo promovendo uma espécie de alienação a essas temáticas e indiretamente os autorizando a reproduzir atos que violam a integridade física, emocional e psicológica de outrem.

### **Considerações finais**

Por meio deste estudo, em que problematizamos o papel das famílias frente aos casos de violência/abuso sexual contra meninos, pudemos observar como muitos desses núcleos familiares não apresentam uma preparação ou mesmo preocupação no investimento de uma educação para a sexualidade aos seus filhos, não os protegendo para que a violência/abuso sexual não ocorra ou criando um ambiente seguro e de confiança nos seus lares, e ainda nem acolhendo adequadamente com encaminhamentos quando estes conseguem relatar sobre quando foram vítimas.

Como uma das consequências disso, há tanto o risco das crianças de serem vítimas desses casos, quanto a possibilidade de adolescentes, justamente pela carência de uma educação que ensine sobre consentimento, corpo, gênero e sexualidade, aliada ao consumo de pornografia, tornarem-se potenciais abusadores, ou mesmo em idade adulta reproduzir determinados comportamentos e violências que vivenciaram quando crianças. Contudo, observamos como muitas famílias também não foram educadas para essa prática protetiva, ou seja, vêm de gerações em que não se falavam sobre sexualidade abertamente de maneira a educar e carecem de formação e políticas públicas que as informem sobre o papel do cuidado por meio de conhecimentos específicos, por exemplo, a fim de romper com uma estrutura que controla e invisibiliza determinados temas na educação e no desenvolvimento dos sujeitos desde a mais tenra infância – algumas famílias são negligentes, mas também foram negligenciadas.

Torna-se mais produtivo deslocar o foco da análise da vigilância familiar para os instituídos sociais que compartilham os cuidados com meninos. Adultos e adolescentes mais velhos que atuam em espaços educativos, religiosos, esportivos ou culturais precisam ser formados para compreender os limites éticos da relação com crianças e adolescentes, especialmente no que diz respeito ao cuidado, à autoridade e à impossibilidade de determinadas práticas. Nesse sentido, instituições como escolas de futebol, grupos escoteiros, igrejas, agências de modelos e produtoras musicais devem ser compreendidas como espaços centrais de responsabilização e prevenção da violência/abuso sexual.

Destacamos que não é nossa intenção demonizar as famílias ou culpabilizar as escolas, mas sim, problematizar o papel dessas duas instituições, por vezes fortemente influenciadas pela religião, sob a perspectiva da educação e da proteção das crianças e dos adolescentes, tendo em vista que essas três instituições – as maiores responsáveis pela desinformação, logo da produção de violências contra crianças – tendem a trabalhar juntas no período que tais violências acontecem. Consideramos a necessidade tanto de políticas públicas quanto de formação docente, sob responsabilidade também das Secretarias de Educação, na perspectiva dos direitos humanos, que abordem as temáticas de gênero e sexualidade, pois acreditamos que tal ação reverbera tanto na educação quanto na família.

É tão relevante quanto ficar atento a possíveis sinais que os meninos podem apresentar relacionados à violência/abuso sexual, é também a necessidade de criar ambientes e momentos seguros para que eles se sintam, em alguma medida, confortáveis para narrar essas experiências e buscarem ajuda, sem medo ou vergonha de demonstrarem suas fragilidades e vulnerabilidades. Nesse sentido, tanto família quanto escola – seja esta pública ou particular – devem, enquanto parte de uma rede protetiva às infâncias, instrumentalizar-se com formação e informação para que possam oferecer esse espaço de escuta ativa, afastada de julgamentos ou punições, efetivando a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

## Referências

ABECHE, Camila Vaz. **Personalidade, estilos parentais e cognição em meninos vítimas de abuso sexual**. 2016. 72 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALTOÉ, Sonia. **Menores em tempo de maioria**: do internato-prisão à vida social. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Homofobia internalizada**: o preconceito do homossexual contra si mesmo. 2016. 432 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BIDDULPH, Steve. **Criando meninos**. Curitiba: Fundamento, 2014.

BONFANTE, Angela de Araujo Barros. **Reações de mães de meninos vítimas de violência sexual frente a revelação**. 2019. 65 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2019.

BRITO, Edinilton da Silva; SILVA, Alice Andrade. Transtorno do Estresse Pós-Traumático em crianças e adolescentes expostos a violência sexual. **Revista Faculdades do Saber**, Mogi Guaçu, v. 10, n. 24, p. 558-571, 2025.

CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço (orgs.). **De guri a cabra-macho**: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Homem não chora**: o abuso sexual contra meninos. 2015. 168 f. Doutorado (Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

DAROSCI, Manuela. **Além do Silêncio**: uma análise sobre violência sexual com homens a partir dos Boletins de Ocorrência de Santa Catarina. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher**: as dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. Março de 2023. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

DOBSON, James. **Educando meninos**. São Paulo: Mundo Cristão, 2003.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e pânico moral: infâncias em risco em tempos de terra plana. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; ROSA, Cristiano Eduardo da (orgs.). **Infâncias e temas sensíveis**. Porto Alegre: CirKula, 2024. p. 23-43.

GUIZZO, Bianca Salazar. **‘Aquele negrão me chamou de leitão’**: representações e práticas corporais de embelezamento na educação infantil. 2011. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HATLEY-BREWER, Elizabeth. **Como criar meninos felizes e confiantes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

INÁCIO, Carlos Alberto Silvestre. **Abuso sexual de meninos**: relatos maternos. Violência, culpa e lembrança. 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

KRISTENSEN, Christian Haag. **Abuso sexual em meninos**. 1996. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

MEEKER, Meg. **Educar meninos fortes numa sociedade líquida**: sete segredos para educar filhos saudáveis. São Paulo: Quadrante, 2023.

MORAES, Jéssica Tairâne de. **“Minha mãe não pode falar nada que meu pai fica brabo”**: violências de gênero a partir do olhar das crianças. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. **Violência intrafamiliar**: a compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

PRADO, Sonia Fortes do. **Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero**: um estudo exploratório. 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINCOLINI, Ana Maria Franchi; HUTZ, Cláudio Simon. Abusadores Sexuais Adultos e Adolescentes no Sul do Brasil: Pesquisa em Denúncias e Sentenças Judiciais. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 301-311, 2014.

QUEIROZ, Nana. **Os meninos são a cura do machismo**: como educar crianças para que vivam uma masculinidade da qual nos orgulharemos. Rio de Janeiro: Record, 2021.

REICHERT, Michael C. **Como educar meninos**: o poder da conexão para criar grandes homens. São Paulo: nVersos, 2019.

ROSA, Cristiano Eduardo da. **Violência/abuso sexual contra meninos**: a pedofiliação na educação das masculinidades dissidentes na infância. 2024.

209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Uma Diva Dentro de Mim: descobertas femininas sobre *scripts* de gênero no processo de montagem *drag queen*. In: RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas; VILAÇA, Teresa; BRÍCIO, Vilma Nonato; MENDES, Sandra Karina Barbosa (orgs.). **Gênero, Sexualidade e Educação**: problemas contemporâneos. Curitiba: CRV, 2019. p. 61-75.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Uma família que não educa e nem protege? *Scripts* de gênero e violência/abuso sexual contra meninos. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, v. 6, n. 20, jan./maio. 2023.

ROSSI, Rodrigo. O Espaço Furtivo das Crianças e Adolescentes do Sexo Masculino nas Experiências de Violência Sexual. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 273-297, jan./jul. 2017.

SAID, Amanda Pinheiro. **Abuso sexual de vítimas do sexo masculino**: notificações e prontuários no Distrito Federal. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SAID, Amanda Pinheiro. **Polvitimização de meninos abusados sexualmente**: vítimas, familiares e profissionais. 2021. 300 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books, 2008.

SILVA, Franklin de Lima. **“Menino abusado”**: a compreensão crítica do abuso doméstico contra meninos. 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SILVA JUNIOR, Alcidesio Oliveira da; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (orgs.). **Eles por eles**: pesquisas sobre masculinidades no Brasil. Curitiba: CRV, 2022.

SOSTISSO, Débora Francez. **“Como criar meninos e meninas?”**: o governo das condutas maternas e paternas para a constituição da infância. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SPERANZA, Marina. **Educar meninos não é frescura**: reflexões sobre gênero para famílias e educadores. São Paulo: UICLAP, 2024.

TEWKSBURY, Richard. Effects on Sexual Assaults on Men: Physical, Mental and Sexual Consequences. **International Journal of Men's Health**, v. 6, n. 1, p. 22-35, maio 2007.

VARGAS, Juliana Ribeiro de; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Eles são apenas diferentes: a produção discursiva de masculinidades contemporâneas na obra *Criando Meninos*. **Educação**, Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 605-618, set./dez. 2013.

VERTAMATTI, Maria Auxiliadora Figueiredo. **Fatores associados à duração e severidade do abuso sexual infantil em São Paulo-Brasil**. 2017. 45 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ZANETTE, Jaime Eduardo. **“E pai pra quê?”**: quando as crianças abrem o verbo acerca das paternidades. 2024. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

Recebido em julho de 2025.

Aprovado em janeiro de 2026.